



**Processo n.º 20893/08 (apenso n.º 040.002.077/05 – GDF)**

**Relatora: Conselheira Anilcéia Machado**

**Parecer n.º 1848/08-IMF**

**Ementa:**

**Aposentadoria voluntária com proventos proporcionais. Contagem de tempo de serviço em atividade insalubre. Instrução sugere diligência. Parecer divergente do Ministério Público.**

Consistem os autos na aposentadoria de Maria Rita Vieira Aboudib Campos, no cargo de Auditor Tributário, conforme o ato concessório de fl. 139, retificado pelo de fl. 145 (todos do apenso).

2. A Inspetoria registra, inicialmente, que a presente concessão está sendo analisada de acordo com o item I da Decisão nº 77/07, exarada no Processo nº 24185/07, por meio da qual o Tribunal autorizou a 4ª ICE a simplificar os procedimentos relativos ao exame das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

3. Em seguida, a Unidade Técnica assevera que a servidora computou tempo de serviço prestado à antiga Telebrasil e à Ericsson, sob o regime celetista, de forma ponderada. De fato, consta do demonstrativo de fl. 161 do apenso a averbação de 1.095 dias, decorrentes de conversão de tempo de trabalho em condições insalubres. A esse respeito, a 4ª ICE tece os seguintes comentários:

5. A medida em referência foi adotada com base na Informação nº 211/07-DLDD/SGRH (fls. 81/86 do apenso) e no parecer de fls. 100/106-apenso.

6. A propósito, cite-se a Ação de Obrigação de Fazer nº 2001.01.1.088367-3, onde ficou reconhecido aos autores o direito de se computar de forma especial, junto à jurisdicionada, nos termos da legislação de regência, o tempo de serviço celetista, prestado em atividade insalubre.



7. É de se lembrar que esta Casa ao apreciar os autos TCDF nº 1992/2004, do interesse de RITA DE CÁSSIA TORRES DE FARIA, a qual foi parte na referida ação judicial, considerou regular a revisão, tendo em conta o Enunciado nº 20 da Súmula de Jurisprudência desta Corte.

8. Em outros casos, o incremento no tempo de serviço se deu por via administrativa. A Administração igualou os servidores que haviam trabalhado em condições insalubres mas que não foram parte na ação àqueles que foram alcançados pela decisão judicial em comento. O Tribunal vem chancelando tal procedimento, desde que demonstrados os períodos em que os interessados efetivamente receberam o adicional de insalubridade.

9. Ocorre que, nesses casos, o serviço foi prestado por servidor da Secretaria de Estado de Saúde à extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal, como celetista, em condições insalubres, bem como esse órgão expediu certidão de tempo de serviço relativa ao tempo insalubre.

10. No caso vertente, a servidora, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda, averbou tempo originário da antiga Telebrasília e da Ericsson. Assim, deve a servidora, a nosso ver, envidar esforços para obter no INSS certidão de tempo de serviço registrando a contagem ponderada do tempo insalubre, a exemplo do que fizeram os interessados nos Processos nºs 7.477/93, 3.698/98, 3.502/04 e outros. Satisfeita essa exigência, entendemos pode o Tribunal ter como válida a questionada contagem.

11. A bem da verdade, dos servidores contemplados pela parte final do § 3º do art. 1º da Lei nº 1.864/98 só se exige certidão expedida pelo INSS ou pelo órgão competente (com ou sem a contagem ponderada do tempo em questão)<sup>1</sup>. Nada obstante, tal comando aproveita apenas aos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal que averbaram tempo que não de professor e aos ex-professores que passaram a ocupar cargo que não de professor no Distrito Federal, já que a aposentadoria especial de professor existe tanto no RPPS quanto no RGPS, ao passo que a aposentadoria especial dos que exercem atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física foi regulamentada no RGPS, mas não no RPPS<sup>2</sup>. No caso concreto, repita-se, faz-se necessário que a servidora busque no INSS certidão de tempo de serviço consignando a contagem ponderada do tempo insalubre.

4. O Corpo Técnico salienta, ainda, que a interessada averbou tempo de monitoria remunerada, em conformidade com precedentes na Corte (Decisões 7522/94 e 4123/03).

5. Dessa forma, ante a necessidade de saneamento dos autos, a 4ª Inspetoria sugere ao Tribunal determinar o retorno do processo em diligência, a fim de que a jurisdicionada adote a medida indicada à fl. 3.

6. O *Parquet* registra que a Unidade Técnica, com o intuito de aumentar a eficiência no processamento das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, em conformidade com a citada Decisão nº 77/07, adotou o procedimento de anotar, diligentemente, em lista disponível no endereço eletrônico [http://tcdfnet2/ice4/ice4\\_auditoria\\_ocorrencias.php](http://tcdfnet2/ice4/ice4_auditoria_ocorrencias.php), as incorreções mais relevantes



verificadas em parcelas remuneratórias, de modo a facilitar as futuras fiscalizações dos aspectos financeiros das referidas concessões.

7. Observa-se, no que tange ao mérito do feito, que a questão proeminente diz respeito à possibilidade de a jurisdicionada, por via administrativa, reconhecer à servidora o direito de computar, de forma ponderada, tempo de serviço celetista prestado em atividade insalubre. A propósito, esta Corte de Contas já se pronunciou favoravelmente a essa contagem ponderada, a exemplo do ocorrido nos Processos nº 5388/95 e nº 204/04. Restaria, então, segundo a posição da Unidade Técnica, apenas a certidão competente, por parte do INSS, consignando a contagem ponderada

8. O Ministério Público entende ser dispensável tal exigência, para o caso ora em exame. Explica-se.

9. Esse Órgão Especializado tem mantido o entendimento, em casos semelhantes, que havendo indícios de prova material do exercício em atividade insalubre, como, v.g, anotação em carteira de trabalho, é possível o cômputo do tempo ponderado, sem necessidade de maiores esclarecimentos.

10. Na concessão que ora se examina, mostra-se dispensável a exigência de certidão do INSS para o cômputo do tempo ponderado, tendo em vista a especialidade do caso. Nota-se, compulsando os autos, que a servidora averbou tempo de serviço como engenheira eletricista, cuja área de atuação, à época de seu exercício, ensejava direito à aposentadoria especial derivada de comando legal, sem a necessidade de anuência do INSS.

11. A aposentadoria especial foi instituída pela Lei nº 3.807/60<sup>1</sup> (que dispunha sobre a Lei Orgânica da Previdência Social), em cujo Decreto regulamentador (nº 53.831/64) classificou-se a atividade de engenharia eletricista como insalubre, independentemente de qualquer comprovação de efetiva exposição a agentes nocivos, porquanto criou-se a presunção absoluta de insalubridade para tal atividade. Eis o teor do vetusto decreto:

**Art. 2º** Para os efeitos da concessão da Aposentadoria Especial, serão considerados serviços insalubres, perigosos ou penosos, os constantes do Quadro anexo em que se estabelece também a correspondência

<sup>1</sup> Art. 22. As prestações asseguradas pela previdência social consistem em benefícios e serviços, a saber:

I - quanto aos segurados:

(...)

d) aposentadoria especial



com os prazos referidos no art. 31 da citada Lei.

**QUADRO A QUE SE REFERE O ART. 2º DO DECRETO Nº 53.831, DE 25 DE MARÇO DE 1964**

**REGULAMENTO GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

CÓDIGO	CAMPO DE APLICAÇÃO	SERVIÇOS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS	CLASSIFICAÇÃO	TEMPO DE TRABALHO MÍNIMO	OBSERVAÇÕES
1.0.0	AGENTES				
1.1.0	FÍSICOS				
1.1.8	ELETRICIDADE em locais com eletricidade em condições de perigo de vida.	Trabalhos permanentes em instalações ou equipamentos elétricos com riscos de acidentes - Eletricistas, cabistas, montadores e outros.	Perigoso	25 anos	Jornada normal ou especial fixada em lei em serviços expostos a tensão superior a 250 volts. Arts. 187, 195 e 196 da CLT. Portaria Ministerial 34, de 8-4-54.

12. A evolução histórica desse normativo restou demonstrada no Parecer de fls. 100/106 do apenso, de onde se conclui que, até 11/02/1996 (data posterior ao ingresso da servidora nos quadros do GDF), por força do citado Decreto 53.831/64, mantido pelo Decreto de nº

611/91 e pela Medida Provisória nº 1.523, de 11/10/1996, a profissão de engenheiro eletricista possuiu a condição de presunção absoluta de insalubridade.

13. Convém asserir que ao lado do eletricista, por força das mesmas normas legais, também a profissão de engenheiro civil gozava de presunção absoluta de insalubridade. Veja-se, então, por importante, julgado do Superior Tribunal de Justiça, que corrobora o entendimento exposto acerca do caso em apreço:

**RECURSO ESPECIAL Nº 440.298 - RN (2002/0072879-7)**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO. ATIVIDADE ESPECIAL. CONVERSÃO. POSSIBILIDADE. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. LEI Nº 9.032/95 E DECRETO Nº 2.172/97. DESNECESSIDADE EM RELAÇÃO AO SERVIÇO PRESTADO NO REGIME ANTERIOR.

1. "1. O direito à contagem, conversão e averbação de tempo de serviço é de natureza subjetiva, enquanto relativo à realização de fato continuado, constitutivo de requisito à aquisição de direito subjetivo outro, estatutário ou previdenciário, não havendo razão legal ou doutrinária para identificar-lhe a norma legal de regência com aquela que esteja a vigor somente ao tempo da produção do direito à aposentadoria de que é instrumental.

2. O tempo de serviço é regido sempre pela lei vigente ao tempo da sua prestação. Dessa forma, em respeito ao direito adquirido, **se o trabalhador laborou em condições adversas e a lei da época permitia a contagem de forma mais vantajosa, o tempo de serviço assim deve ser contado.**

3. Até o início da vigência do Decreto nº 2.172/97, que regulamentou a Lei nº 9.032/95, a cada



dia trabalhado em atividades enquadradas como especiais (Decretos nº 53.831/64 e 83.080/79), realizava-se o suporte fático da norma que autorizava a contagem desse tempo de serviço de forma diferenciada, de modo que o tempo de serviço convertido restou imediatamente incorporado ao patrimônio jurídico do segurado, tal como previsto na lei de regência.

4. A exigência da comprovação técnica da efetiva exposição do trabalhador aos agentes nocivos (Lei nº 9.032/95), para fins de contagem diferenciada do tempo de serviço, só teve lugar a partir da vigência do Decreto nº 2.172/97.

14. É de bom alvitre chamar a atenção, em alusão à argumentação apresentada, para o fato de que o próprio INSS reconheceu que o tempo averbado pela interessada como engenheira eletricista tem caráter especial, portanto, fazendo jus à contagem ponderada do tempo de serviço. Veja-se, a propósito, o teor de documentos constantes do processo apenso:

- na fl. 12, no item 7, o INSS conclui que a categoria profissional da servidora está sujeita à aposentadoria especial *por exercício profissional estabelecido no numeral 2.1.1 do Anexo III do Decreto 53.831 (...), caracterizando sua atividade especial, uma vez que a ex-colaboradora executou atividades de engenheiro eletricista de forma habitual e permanente;*
- na fl. 13, onde se averigua o perfil profissiográfico previdenciário, o INSS descreve as ocupações desenvolvidas pela interessada, para concluir, na fl. 14, que trata-se de *atividades compatíveis com a formação de Engenharia. Consta do prontuário do segurado a formação de engenheiro eletricista.*

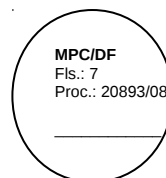
15. Diante de tais fatos, em pese o louvável cuidado da Unidade Técnica, a providência de se acostar a certidão do INSS contendo o tempo de serviço ponderado reveste-se de cunho meramente formal. Sim, porque na visão do *Parquet*, restaram configuradas as premissas básicas para que a servidora tivesse direito à contagem ponderada: primeira, a comprovação do efetivo exercício; segunda, a caracterização como atividade insalubre. Assim, restaria apenas, para exata configuração do direito, o cálculo aritmético da ponderação, o que já foi providenciado pela jurisdicionada, ao acrescentar 1.095 relativos à contagem especial decorrente de profissão insalubre.

16. *Ex positis*, tendo em vista que as peças processuais foram elaboradas em conformidade com os dispositivos legais que regem a matéria, o Ministério Público, lamentando dissentir da Inspeção, opina no sentido de que a Corte considere legal a concessão em apreço, ressaltando que a regularidade das parcelas constantes do abono provisório será verificada na forma do disposto no Processo nº 24185/07.

É o parecer.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO PROCURADOR INÁCIO MAGALHÃES FILHO**



Brasília, 28 de novembro de 2008.

**Inácio Magalhães Filho**  
**Procurador**